

Para outra prática da História Urbana. Interdisciplinaridade e Intertextualidade no estudo da cidade de Ribeirão Preto

Rodrigo Santos de Faria

Resumo

Como ponto de partida o artigo "A Pesquisa recente em história urbana na Brasil: percursos e questões", o presente trabalho pretende caminhar, nessa construção de uma "outra" prática da História Urbana, através da Interdisciplinaridade apontada por Bernar Lepetit, enquanto processo de empréstimos controlados.

Discutimos quatro questões que entendemos fundamentais: primeiro a necessidade ainda hoje da ampliação do quadro de cidades estudadas, ou seja, a necessidade de uma "interiorização dos estudos urbanos" em relação a uma história urbana das capitais. Uma segunda questão é de ordem conceitual. A partir da Interdisciplinaridade abordada por Lepetit apontamos para a necessidade de um constante processo de construção dos estudos urbanos.

As duas outras problemáticas são a escala e a técnica. A escala aqui pode significar na perspectiva de Topalov uma mera alteração de escala de um projeto racionalizador inalterado, e a questão da técnica, na visão de Pechman, sobreposta em relação à questão social.

Ampliação e Conceito da História Urbana

Um campo de estudos ainda em construção. Foi essa a conclusão que se chegou aquela que talvez tenha sido a primeira tentativa de se estabelecer uma panorama dos estudos em História Urbana no Brasil (FERNANDES & GOMES, 1998: 14).

No interior desse processo de construção, duas problemáticas ainda permanecem abertas: uma sobre a ampliação do quadro de cidades estudadas e, outra, da conceitualização da própria história urbana enquanto área de conhecimento. A primeira aponta para a *predominância absoluta de estudos monográficos centrados em cidades especí-*

Arquiteto-Urbanista. Mestrando em História: Cultura, Cidade e Patrimônio. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IFCH/Unicamp. Grupo de Pesquisa: História e Mídia - IFCH/IA/CNPq; Pesquisador. Universidade de Uberaba. Instituto de Ciências e Tecnologia do Ambiente / Laboratório de Estudos do Ambiente Construído. Grupo de Estudos do Ambiente Construído. ICTA/LEAC-GPAC.

Las últimas publicaciones:

"Sobre a História Urbana no Brasil: Por uma interiorização interdisciplinar dos estudos urbanos". In: Anais do Seminário de Pesquisa em Andamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, de 04 a 07 de novembro de 2002.

"Urbanismo e História do Brasil pós-1940: José de Oliveira Reis e o Plano Diretor de Ribeirão Preto de 1945". In: Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, FAU-UFBA. 15 a 18 de outubro de 2002.

"Notas de Uma Indignação Profissional: O PT e Oscar Niemeyer em Ribeirão Preto, duas faces da mesma irresponsabilidade social". In: Vitruvius, Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. Minha Cidade 045. Abril de 2002. www.vitruvius.com.br

"Gestão Econômica e Marketing Urbano: A Construção do Modelo Cidade-Mercadoria". In: Vitruvius, Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. Minha Cidade 037. Dezembro de 2001. www.vitruvius.com.br

"Por uma Gestão Urbana Democrática em Ribeirão Preto". In: Vitruvius, Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. Minha Cidade 034. NOVEMBRO de 2001. www.vitruvius.com.br

ficas. Com isso, só as grandes cidades vêm sendo contempladas, o que configura uma história urbana das capitais brasileiras (FERNADES ; GOMES, op. cit.: 25).

O conjunto das cidades brasileiras estudadas pode ser ampliado se adotarmos, por exemplo, os pressupostos da tradição higienista do século XIX, em que os estudos urbanos priorizam o momento que o "urbanismo incorpora a cidade a partir da objetivação dos "problemas urbanos" estabelecida pela medicina, pela engenharia, pela filantropia, pela nascente sociologia, pela economia social (PECHMAN, 1998: 29), ou ainda quando a cidade se problematiza atravessada pela questão da técnica e pela questão social.¹

As cidades portuárias como Santos, ou cidades do interior do País são exemplos desse foco de interesse que as pesquisas podem abordar.

É importante aqui perceber, que a maioria das capitais estudadas são cidades portuárias, fechando-se um círculo de interesse comum, confirmando assim a observação que aponta uma centralização das pesquisas, em sua maioria, nas cidades capitais.

Quando não direcionados para cidades portuárias, os estudos focalizam seus olhares para as cidades planejadas como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Nesse caso a motivação e a quantidade de estudos se faz pela discussão sobre urbanismo moderno no Brasil: suas origens e suas propostas.

Na abordagem dessa primeira problemática referente aos estudos em História Urbana, não se objetivou um crítica em relação aos pressupostos teóricos ou metodológicos dos trabalhos. Até pois, todas as questões que envolvem cada uma das pesquisas relacionadas com a cidade no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, que é o momento, como já mencionado, que a cidade se problematiza como questão urbana, e todas as interfaces relativas à essa problematização, serão em suas medidas objetos de estudo da cidade de Ribeirão Preto. O estudo em questão ainda está em desenvolvimento, para elaboração de dissertação de Mestrado em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Aponta-se, portanto, para a necessária ampliação do quadro geral de cidades que merecem tratamento científico. Cidades que no tempo apontado como fundamental para o país —é a República que nasce nesse momento— tiveram extrema importância no processo de urbanização brasileiro.

É fundamental, até para uma cristalização desse campo de estudos em questão, uma "interiorização" das pesquisas urbanas, para a compreensão de outras várias realidades urbanas que, no caso da Província de São Paulo, naquela época, afloraram pelos caminhos que os trilhos da ferrovia deixaram no território, no seu objetivo de chegar, no caso da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, até as Minas Gerais.

Ribeirão Preto é uma dessas realidades. A chegada da ferrovia em Ribeirão Preto no ano de 1883, é coincidente —ela chega alguns anos depois— com as primeiras ações propagandísticas² sobre a qualidade da Terra Roxa da região, favorável para o cultivo do café, já em intenso processo de decadência em outras regiões da Província de São Paulo (FARIA, 2002). Esses dois fatos foram fundamentais para o florescimento econômico, social e urbano de Ribeirão Preto. É o momento de ruptura com o ambiente rural da então Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, para a construção da cidade que seria idealizada pelas elites locais —no caso de Ribeirão Preto composta por coronéis do café— em tudo que ela poderia ser modernizada, higienizada e embelezada pelos trilhos do progresso que chegava. Institui-se uma "Ideologia da Higiene" (CHALHOUB, 2000) como instrumento de ação do Poder Público Municipal —poder esse aliado com os interesses da elite cafeeira— sobre o ambiente urbano, de modo a sanear a cidade dos problemas da sujeira, da doença e da pobreza.

Uma análise dos trabalhos apresentados nos últimos Encontros Científicos sobre História da Cidade e Planejamento Urbano no Brasil, é demonstrativa da ampliação do conjunto das cidades pesquisadas, o que efetiva a História Urbana enquanto campo analítico, crítico e propositivo. Tal análise aponta também para uma diversidade de abordagens e recortes privilegiados: estudos relacionados com as transformações físico-territoriais do ambiente urbano; estudos que priorizam o

planejamento urbano e do desenho das cidades; o processo de formação da estrutura fundiária do município; estudos cuja temática está voltada para o processo de formação de núcleos coloniais urbanos e o processo de formação das cidades; e a questão da legislação urbanística, que começa a receber tratamento para além da mera verificação e representação quantitativa, sem passar por um estudo das suas verdadeiras implicações sobre o território, oferecendo portanto uma contribuição para a compreensão dos resultados da aplicabilidade do corpo legislativo sobre a cidade (FELDMAN, 2000).

A abordagem dessa primeira problemática sobre a História Urbana, no que diz respeito à ampliação do quadro de cidades que merecem um olhar científico, é uma das justificativas do presente trabalho. Com estudos voltados, em sua imensa maioria, para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre, não poderemos imaginar uma verdadeira compreensão da questão urbana no Brasil. Como já escrito anteriormente, uma interiorização dos estudos urbanos é necessária daqui em diante.

Compreender que as várias problemáticas urbanas possíveis de serem estudadas nessas capitais, são as mesmas para cidades de menor porte –sobretudo quando o estudo passa pelo campo conceitual, por exemplo o conceito de “cidade higiênica”– pela própria importância daquelas, como referência cultural, social e política é fundamental. Contudo, adotar o pressuposto de uma transferência unilateral da questão urbana, das cidades capitais para todas as outras cidades, significa apagar cada um dos vestígios deixados pelos eventos humanos. Significa não escutar as vozes de cada um dos atores sociais, não olhar para cada registro –que são singulares– que as cidades trazem nas suas *camadas superpostas de resíduos materiais: elementos de arquitetura, recortes das ruas ou monumentos* (BRESCIANI, 1999).

Por outro lado, adotando a noção de particularidade, singularidade dos eventos, estaremos corroborando com uma compreensão do trabalho historiador que foi abordado por Edgar De Decca. Ele afirma sobre a existência, na prática historiográfica, de um movimento que é constante, entre uma *lógica da semelhança –e as semelhanças dão origem aos conceitos*³ (VEYNE apud DE

DECCA, 1991: 8)– e, ao mesmo tempo, porque cada evento é um evento particular, com uma lógica da diferença (DE DECCA, op. cit.: 8).

Desse movimento é possível estabelecer, através da narrativa histórica construída nas semelhanças, um conceito de cidade. No caso, um conceito de cidade no Brasil do século XIX e início do século XX, em que o ambiente urbano se transformava pela ótica sanitária imposta pela elite dominante.

Em relação à lógica das diferenças, cabe ao historiador inventariar o que cada evento urbano representa do ponto de vista da construção historiográfica (VEYNE apud DE DECCA, *ibidem*), pois para determinado objeto de estudo em questão, a quantidade de tramas possíveis de tecer sobre seu passado, e presente, são tantas quanto forem capazes as disciplinas –e seus critérios teórico-metodológicos– de lançarem seus olhares sobre cada fato acontecido.⁴

A segunda problemática no debate sobre História Urbana, é de ordem conceitual, de sua conceituação enquanto área de conhecimento com pressupostos teóricos e critérios metodológicos específicos. O mesmo artigo que aponta para a predominância dos estudos nas capitais, em desconsideração de cidades do interior do país, afirma a insuficiência de tentativas dessa conceituação da história urbana: *da análise dos trabalhos depreende-se que a conceituação do que seria uma “história urbana” parece não ter sido ainda suficientemente contemplada* (FERENADES; GOMES, 1998: 24).

Por outro lado, os próprios autores fazem uma advertência em relação ao texto, como sendo datado, e portanto constituído de lacunas e irregularidades; Porém uma tentativa em estabelecer –hoje fundamental para entendermos os primeiros percursos da História Urbana no Brasil– a partir da análise das pesquisas apresentadas nos primeiros Seminários e Encontros Científicos,⁵ senão uma conceituação dessa área de conhecimento, mas uma discussão dos temas *priorizados nesses estudos recentes, as abordagens e os recortes privilegiados, as referências teórico-conceituais que os embasam, bem como colocamos em pauta os aspectos da história da cidade e do urbanismo no Brasil sobre os quais eles lançam*

*uma nova luz, o que ainda deixam na obscuridade e que perspectivas abrem para a compreensão dos processos de estruturação urbana das práticas de intervenção.*⁶

O interesse nesse presente trabalho em abordar tais questões, passa, não só pela tentativa de contribuir com o debate sobre história urbana –suas práticas, objetos, filiações teóricas– mas também, em entender como os pesquisadores provenientes das áreas da Arquitetura e Urbanismo, que é o nosso caso, estão inseridos nesse debate. Assim sendo, uma primeira questão está colocada: a da formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo e não em História. De início surge uma problemática que é inerente ao conhecimento arquitetônico e urbanístico e, ainda não resolvida no âmbito das próprias instituições de ensino e pesquisa: A prática arquitetônica e urbanística é tida como ciência? Se essa prática for a construção do espaço, tanto a dos espaços livres quanto a dos espaços edificados, e essa é –talvez a de maior ocupação a prática que o profissional arquiteto e urbanista mais desenvolve no cotidiano do seu trabalho, então ela, a prática, entendida aqui enquanto as etapas de coleta de informações de uma determinada área, elaboração das idéias e propostas e finalmente a execução, não é uma ciência.⁷ Por outro lado, seria o produto dessa prática, ou seja, as cidades, os edifícios, as ruas, as praças, entre tantas outras materialidades resultantes do fazer arquitetônico e urbanístico, objetos de pesquisa? E não devemos nos esquecer de uma grande parte da produção arquitetônica e urbanística que não chega até a etapa da execução –por exemplo os projetos apresentados no concurso para Brasília, a capital federal– mas cujo resultado pode ser de grande interesse para os debates em arquitetura e urbanismo.

Esses questionamentos se intensificaram no instante que iniciamos um trabalho de pesquisa no interior do campo historiográfico. Isso pois, essa penetração na disciplina histórica, ou melhor, essa incursão se evidencia por uma série de dúvidas e conflitos sobre o modo pela qual deveremos proceder durante toda a pesquisa, através das bases teóricas e metodológicas da História.

Um elemento importante na construção do saber histórico, e que na esfera da pesquisa

realizada em arquitetura e urbanismo, ainda não efetivamente trabalhado em todas as suas especificidades e, sobretudo possibilidades que podem oferecer na escolha dos vários percursos até o objeto pesquisado, são as fontes de pesquisa.

Algumas interrogativas elaboradas pelos historiadores no interior do processo de uma pesquisa, como por exemplo: É possível construir a História através dos documentos disponíveis? Em quais condições se pode atravessar as fontes e conhecer o passado? ou ainda, uma noção para além da problemática da veracidade ou não dos documentos mas sim, de saber o quê, exatamente, as fontes documentam, entre outras interrogativas, não faz parte da maioria das pesquisas realizadas pela chamada história da arquitetura ou do urbanismo realizada por pesquisadores arquitetos e urbanistas.

Isso se dá, uma vez que, as fontes –no caso formada, em sua grande maioria, por material iconográfico, desenhos, mapas, planos, etc.– são lidas e interpretadas superficialmente, enquanto elemento bidimensional de pura representação de uma realidade espaço-temporal urbana. Elas assumem uma papel de "janela", entre, o evento que se deu em um determinado tempo passado e o olhar daquele que vai construir a narrativa. Nesse papel, fica claro o descolamento dos documentos das ações que os produziram. Por exemplo, a compreensão de uma imagem fotográfica deve ultrapassar os limites do plano do papel. A visualidade da imagem urbana, pode ser tão interessante quanto uma descrição puramente verbal, da ação em um tempo passado, lida a partir de um referencial contemporâneo à ação.

Importa para a maioria das pesquisas –estamos nos referindo à arquitetura e urbanismo– uma caráter mais quantitativo dos documentos levantados em arquivos públicos ou pessoais, secretarias municipais e estaduais, etc., desconsiderando uma apreensão mais detalhada, como a realizada por Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus, em que *as imagens fotográficas produzidas ao longo das primeiras décadas do século 20, na cidade do Rio de Janeiro, refletem o interesse da classe dominante em construir uma determinada sociabilidade a partir do controle dos códigos de comportamento e de*

representação social no espaço urbano (ESSUS, 1997).

Esse momento é importante para se fazer uma consideração: no momento que penetramos na história devemos busca compreender como a disciplina histórica, pode, através dos seus critérios e procedimentos metodológicos, suas filiações teóricas, na relação que ela vai estabelecer entre a busca e análise dos documentos, construir um saber, um conhecer na perspectiva que foi proposta por Decca (*op.cit.*: 8) para a realização do que deve ser a sua prática profissional.

Isso, contudo, não significa uma transposição direta desses procedimentos para a pesquisa em arquitetura e urbanismo –mesmo que em determinados momentos a disciplina Histórica e a disciplina Arquitetônica e Urbanística se construam amalgamadas– uma vez que cada uma delas se constitui a partir de estruturas conceituais diversas. Uma possibilidade de concatenação entre as práticas profissionais de cada uma das disciplinas, que tem interesse em olhar para a cidade como um verdadeiro objeto de pesquisa, é através da interdisciplinaridade. Não uma interdisciplinaridade cuja pretensão é a de promover uma “história total” da cidade, tão propagada nos anos de 1980.

Adotamos um critério de interdisciplinaridade apenas como um processo controlado de empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social (LEPETIT, 2001:42), proposto por Bernard Lepetit. Nessa adoção, realizada a partir da compreensão dos critérios que norteiam a pesquisa histórica, e de outras ciências humanas, conjuntamente com as bases dos estudos em arquitetura e urbanismo, é que poderemos compreender a cidade, através das diversas portas de entrada que dispomos (BRESCIANI, 1991:10-15) para nela penetrarmos.

Ainda sobre a questão das fontes e dos eventos, a crítica desenvolvida por Carlo Ginzburg em relação a Natalie Zemon Davis, sobre o “O Retorno de Martin Guerre”, pode ter uma aplicabilidade em relação à arquitetura e ao urbanismo. Ginzburg, na crítica sobre os procedimentos praticados pela autora através da reconstituição de fatos, fala que *reproduzir*

uma revolução, um arroteamento ou um movimento religioso é impossível, não só na prática mas em princípio, para uma disciplina (no caso a História, grifo nosso) que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis (GINZBURG, 1989: 179-202).

Nesse sentido é que adotamos essa “impossibilidade” como válida para a pesquisa em História da Arquitetura e do Urbanismo, uma vez que, a necessidade da materialidade do fato arquitetônico e urbanístico - os edifícios, cidades, ruas, praças, etc. - mesmo que sobrevivendo, segundo Maria Stella Bresciani (1999: 11-45), *na forma de fragmentos, resíduos de outros tempos, suportes materiais da memória, marcas do passado inscritas no presente*, é dado fundamental na pesquisa. Quando porém, esse dado material do ambiente urbano se manifesta enquanto ruína, pode tornar-se, para a pesquisa em arquitetura e urbanismo, um documento de difícil compreensão, estando a disciplina arqueológica, com seus critérios e métodos, propícia e capacitada para desenvolver tal estudo.

Voltando a afirmativa de Ginzburg sobre a reprodução dos eventos, acreditamos também, não ser possível a reprodução de edifícios, praças, cidades, etc., não só em maquete mas também em escala real, para a realização de uma pesquisa, ou seja, reconstruir uma arquitetura enquanto fato, e ao mesmo tempo enquanto fonte de um estudo a posteriori. Contudo, o estudo do ambiente urbano, não deve passar apenas pela materialidade edificada, mas também pelas subjetividades da ação humana nesse ambiente.

A escala e a técnica nos estudos em história urbana

Complementando todo o debate proposto até aqui e, de certo modo ampliando a possibilidade de discussão, trataremos brevemente de duas outras variáveis: a escala e a técnica.

Para a abordagem da problemática da escala faremos uso do artigo “Sobre História da urbanização - história urbana” escrito por Nestor Goulart Reis Filho (REIS FILHO, 1991: 15-18). Nesse texto o autor define o termo

História Urbana como uma "redução conceitual" e, propõe como prática dos pesquisadores arquitetos e urbanistas um história da urbanização.⁹ Um prática existente, pelo que aponta o autor, nas disciplinas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: *Nós procuramos lançar mão de bases empíricas para construir essa nossa história (a história urbana, se quiserem chamar assim). Para nós, é a história da urbanização e na FAU-USP é assim que as disciplinas são denominadas* (REIS FILHO, op. cit.: 17).

Nesse sentido é que os estudos em história da urbanização fazem uso, segundo Reis Filho, de várias escalas na apreensão do objeto, no caso a cidade, apontando também para a necessidade de uma visão de conjunto para se operar as pesquisas na cidade através dessas várias escalas possíveis.

Em relação a essa visão de conjunto nos estudos históricos apontados pelo referido artigo, já foi aqui abordado o que pode ser um problema, quando se pensa numa visão de conjunto totalizante sobre o objeto da pesquisa, ou ainda, numa perspectiva de uma "história total" que a prática da interdisciplinaridade pode promover. Em recente artigo traduzido para o idioma português, Bernard Lepetit se utiliza de uma pesquisa realizada no ano de 1961 na comuna bretã de Plozévet, onde um conjunto diversificado de disciplinas elaboraram, cada uma delas, suas respectivas análises sobre aquela realidade, para no final de vários anos publicar uma enorme quantidade de estudos com os respectivos resultados. Segundo Lepetit, *é nítido o princípio do projeto: em vez de unificar as ciências do homem de acordo com uma metodologia preestabelecida, trata-se de provocar uma situação de interdisciplinaridade, oferecendo a um grande número de disciplinas um campo comum, de dimensões reduzidas, que os obriga ao encontro e ao confronto* (op. cit.: 33).

Lepetit aponta nesse sentido para a constatação do fracasso da interdisciplinaridade: *a interdisciplinaridade tornou-se um "leitmotiv" encantatório, um "recurso imaginário" destinado a dissimular a compartimentação crescente das ciências humanas e a crise do saber. Assim caminham as proposições sobre a interdisciplinaridade, oscilando entre a valorização de uma idade*

de ouro que se tentou fazer acontecer e o desencanto resultante das experiências passadas, entre a constatação de uma fragmentação das disciplinas e a ambição constante de sua unificação (LEPETIT, op. cit.: 33).

Quando se pensa na tentativa de uma visão de conjunto, corremos o risco de, ao adotarmos uma única resposta aos estudos elaborados, e o risco dessa unificação é evidente, eliminarmos as identidades disciplinares e suas estruturas conceituais. Não optamos porém por uma estratificação das fronteiras ou dos contornos de cada uma das disciplinas. Essas fronteiras devem ser, ou melhor, na medida em que são contaminadas, impregnadas pela contigüidade com outras disciplinas, devem sofrer alguma transformação e, portanto uma transformação dos seus conceitos, problemas e critérios metodológicos, uma vez que a interdisciplinaridade se institui em um processo constante e contínuo de evolução. Portanto, correr o risco, primeiro, de uma possível unificação das análises sobre o objeto em estudo e, segundo, da eliminação de uma estrutura disciplinar, pode significar o fechamento daquelas mesmas portas conceituais de entrada na cidade. Na concepção de Lepetit, *de certo modo, uma disciplina que morre é uma língua que desaparece. Imaginar seu desaparecimento por anulação das diferenças é acreditar que a compreensão das sociedades (e também das cidades - grifo nosso) progride com a redução do número e da complexidade dos conceitos explicativos feitos sobre elas* (LEPETIT, op. cit.: 38-39).

Essa visão de conjunto apontada aqui como um possível problema, na medida que ela pode ser redutora dos possibilidades de análise de um objeto como a cidade, *cidade que é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação* (LEPETIT, op. cit.:39), se estrutura, no caso do artigo de Reis Filho, como uma saída para a concatenação dos resultados obtidos nas várias escalas propostas pelo autor: *a escala da história global da urbanização, a história da urbanização no país que se estuda, que é a escala de definição das estruturas de poder e controle da produção e as relações" e em seguida as escalas, de "nível regional e do cotidiano, o que*

nós chamamos corretamente de cidade e sua estruturação interior (REIS FILHO, op. cit.:16).

Para Lepetit uma questão se coloca aqui: Como conciliar a continuidade do espaço real (passa-se, sem corte, da aldeia para o mundo) com o caráter discreto das escalas em prática? Essa pergunta nos obriga a uma atitude cuidadosa na compreensão do território real, para que não ocorra uma hierarquização vertical, em qualquer sentido, da importância que os fenômenos podem adquirir no processo de construção do saber, quando analisados no interior de cada uma das escalas: global, nacional, regional e local. Até pois, não é de se imaginar que os fenômenos e as organizações espaciais possam mudar através da mudança da escala. Na perspectiva proposta por Reis Filho para esse problema, não deve existir uma separação nas explicações para o funcionamento das cidades, da região e da urbanização de um maneira geral. Uma coisa depende da outra. Há um arcabouço teórico permanente que integra as várias escalas de organização, que está sendo elaborado e reelaborado. Não há a menor possibilidade de se atuar sobre o real, sem que se tenha consciência disso (REIS FILHO, op. cit.: 16).

Por outro lado, essa mudança da escala da análise pode significar, segundo Topalov somente a mudança de escala "de um projeto racionalizador inalterado" (TOPALOV, 1991, p.31). Nesse sentido, também reafirmamos a preocupação com a visão de conjunto para os estudos em diversas escalas, pois a sua realização pode sobrepor ou anular determinados fenômenos e organizações, em função dos interesses que norteiam os olhares lançados sobre o objeto, na construção do conhecimento do real

De todas as escalas apontadas para a realização dos estudos, aquela última, a do cotidiano, a da cidade, é a que nos interessa nesse momento. Interessa, pois é nessa escala, a do local, que se amalgamam o corpo social e o corpo físico, em todas as suas contigüidades e em todas as suas diferenças. Como inserir, portanto, o corpo social da cidade, nesses estudos objetivados pelas escalas de organização? *O território, ao contrário, é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas da prática de atores que se*

desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inscrição em universos de medida díspares? (LEPETIT, op. cit.: 211)

Nesse sentido é que a proposição de uma história da urbanização, segundo Reis Filho, enquanto possibilidade de penetração nos estudos urbanos, praticada por arquitetos e urbanistas, pode contribuir para a construção de uma saber sobre a cidade, pautado exclusivamente pelo olhar da técnica, ou ainda de uma história (a história da urbanização como quer Reis Filho) das ações dos saberes técnicos sobre a cidade.

Mais importante que a vontade irresistível de definição, se história urbana, história da urbanização, história do urbanismo, história da cidade, é a necessidade imprescindível dos estudos urbanos, principalmente aqueles desenvolvidos por arquitetos e urbanistas, em vocalizar a estrutura social da cidade, para que a ciência das cidades não seja apenas o estudo de suas leis, o exame de suas patologias e a definição de como remedia-las, a planificação sendo o primeiro dos remédios (TOPALOV, op.cit.:31).

A permanência dessa constatação corrobora com a instituição do urbanismo como disciplina exclusiva de estudos da cidade. Uma disciplina cujo saber é estruturado na planificação como meio de controle ordenador da cidade, num ordenamento que até hoje é pautada apenas por uma fundamentação técnica-científica, cujos estudos são *responsabilidade de técnicos especializados em coisas. E a cidade não é assunto só para urbanistas* (SANTOS, 2001).

Essa legitimação do urbanismo como ciência da cidade, *lugar onde se cristalizam as distintas objetivações da cidade que vinha sendo elaborada pelos diferentes saberes ao longo do século XIX* (PECHAMAN, op. cit.:31), definiu uma única porta de entrada possível para sua penetração na cidade: a da intervenção. E todas as formas de intervenção —planos de melhoramentos, planos viários, entre outros— estão centradas na lógica da construção da cidade ideologicamente vinculada aos interesses burgueses: grandes eixos viários, cenários urbanos europeizados, eliminação de moradias populares são as suas materialidades na virada do século XX.

Uma disciplina⁹ que, segundo Robert Moses Pechman, *emudeceu a cidade e se revestiu de uma forma de dominação, fundada exclusivamente na técnica. Mas, de onde vem a força do discurso urbanista? Sua força vem de sua capacidade de requalificar a cidade, transformando-as num espaço abstrato, um não território. A "virtude" maior do Urbanismo é, pois, a de criar modelos abstratos, o que unicamente pode ser uma cidade, o que unicamente "deve" ser uma cidade. Com isso, a cidade fica reduzida a seus aspectos técnicos de funcionamento e sua densidade histórica é anulada* (PECHMAN, 1999, p. 12). Diante dessas constatações fica difícil compreender as pesquisas sobre o processo de urbanização como quer Reis Filho, como não se tratando de um processo de urbanização mecânico, puramente técnico, mas de um processo fundamentalmente social e só secundariamente técnico. (REIS FILHO, op.cit.:16).

A conclusão que se pode chegar é a mesma que foi apontada no início. A história urbana não só é um campo em construção como deve permanecer em constante construção, assim como as diversas disciplinas que, "em ritmos e segundo orientações não necessariamente semelhantes, estão em constante evolução. Se o horizonte dessa construção passa pela prática¹⁰ da interdisciplinaridade, nessa caso, seria fundamental aquela interdisciplinaridade proposta por Bernader Lepetit, *como um processo controlado de empréstimos recíprocos* (LEPETIT, op.cit.: 34).

Nesse sentido, também não seria razoável uma delimitação da história urbana no interior de uma única disciplina, como no caso da história urbana ganhar um estatuto historiográfico a partir da Escola dos Anales, (DE DECCA, op. cit.:9) mas da possibilidade dos diversos saberes sobre a cidade construírem, cada um deles, um estatuto dos estudos urbanos, ou da história urbana no interior das suas estruturas conceituais. Dessa forma é que a história urbana deixa, ou *deixou de existir e que existe tantas tramas quantas for possível a cidade tecer, ou que o historiador* (não só o historiador mas cada um dos pesquisadores provenientes de cada uma das disciplinas) *possa tecer sobre a cidade* (DE DECCA, op. cit.:9).

O objeto em questão: as fontes e os problemas

Para o estudo em desenvolvimento sobre a cidade de Ribeirão Preto não só a utilização das fontes assume papel fundamental no trabalho, mas a entrada no tema se efetiva não mais pelo binômio ferrovia-café, já intensamente abordado em diversas pesquisas acadêmicas realizada sobre a cidade.

É oportuno nesse momento uma abordagem dos estudos já realizados sobre Ribeirão Preto, interessando aqui, mais que elaborar um análise aprofundada das suas respectivas problemáticas, traçar um panorama do conjunto dos trabalhos e suas abordagens sobre a cidade, sem intenção, portanto de fazer uma revisão da produção acadêmica sobre Ribeirão Preto.

Em relação aos trabalhos que compõe os estudos cujo objeto é a cidade, pode-se perceber um eixo que orienta suas pesquisas, ou seja, todos eles se propõe em fazer história. As pesquisas estão temporalmente situados no passado da cidade e localizam-se entre os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, concomitante, portanto, à República e ao desenvolvimento da atividade cafeeira no Município e Região de Ribeirão Preto. Além deste tempo cronológico que orienta tal eixo, também está presente a problemática em torno do café. As entradas desses trabalhos na cidade de Ribeirão Preto passam necessariamente por caracterizações da produção cafeeira e o que dela resultou de desenvolvimento econômico e urbano. O eixo historiográfico fica, nesse caso, circundado por um único indicador de direção, que é o café.

Diante desse percurso traçado entorno da pujança econômica da cidade, trabalhos importantes compõe um conjunto diversificado de olhares. Estudos do cotidiano¹¹ da cidade, através da interação entre grupos sociais diversos, sobretudo imigrantes –que chegam até Ribeirão Preto para o trabalho tanto na lavoura de café quanto em atividades urbanas– que interagem no ambiente urbano com a comunidade local, e os equipamentos que favoreceram tal interação, como teatros, cinemas, esportes; Do ambiente noturno da cidade, com seus cabarés idealizados e

construídos pelo "Rei da Noite" François Cassoulet, passando pela discussão da figura feminina como objeto de lazer dos abastados freqüentadores do Eldorado Paulista e do Cassino Antártica; Do trabalho que busca nos relatos orais de moradores da cidade, os edifícios representativos de uma identidade local, entendida, segundo Valéria Valadão como o conjunto de valores que são próprios de uma determinada cultura e das peculiaridades que lhes diferencia de outras (VALADÃO, 1997) para através das lembranças buscar, ainda segundo a autora, reconstruir a cidade; Das pesquisas que abordam, de maneira inédita, a problemática das finanças públicas na cidade,¹² principalmente a pesquisa de Luciana Suarez Galvão Pinto que, através das publicações oficiais de receita e despesas municipais, identifica a contribuição de várias atividades urbanas como fonte de receita pública através, por exemplo, de cobrança de impostos sobre profissões. Dessa forma a autora rompe com a idéia centrada exclusivamente no café como fator gerador do desenvolvimento urbano.

No caso do presente trabalho o critério de entrada no estudo é determinado por uma série de transformações urbanas. Elas delimitam o início do trabalho com a construção do Teatro Carlos Gomes no Largo da Matriz no ano de 1895 e finalizam o período estudado com a construção do chamado "Quartirão Paulista" –conjunto arquitetônico constituído pelo Edifício Meira Júnior, Teatro Pedro II e Palace Hotel– e a inauguração do Teatro Pedro II em 1931. Neste tempo várias foram as ações do poder público municipal para dotar a cidade de vários melhoramentos urbanos como serviço de água, esgoto, calçamento, entre outros e também de embelezamento da cidade com ajardinamento de praças, construção de edifícios públicos. Uma abordagem inicial dos documentos atestam como melhoramentos e embelezamentos tem tempos distintos, porém complementares. Inicialmente o Poder Público atua na cidade com a preocupação de dotar a área urbana de completa infraestrutura, numa clara ação que objetiva eliminar os traços que caracterizavam a cidade como um ambiente rural. Num segundo momento os embelezamentos estarão em primeiro plano. O estudo está focalizado na região central da cidade, na área denomina-

da inicialmente Largo da Matriz e posteriormente Praça XV de Novembro, ambiência privilegiada das intervenções promovidas na cidade.

Através de um conjunto documental amplo, objetivar-se-á entender o discurso que ordena as ações dos promotores do desenvolvimento urbano municipal, denominado aqui de "discurso oficial" e produzido em Relatórios de Intendentes e Prefeitos Municipais, um outro denominado de "discurso propagandístico", com um claro objetivo de criar uma imagem da cidade que se moderniza diariamente, relatado em várias publicações, almanaques, no Brasil e no Exterior, principalmente a França. Um terceiro grupo está relacionado aos textos de jornais, como relatos de viajantes, correspondentes de jornais da capital do Estado, e repórteres locais que debatem as ações propostas pela Municipalidade. O caráter destes relatos, em sua maioria é legitimador do desenvolvimento urbano promovido pelos poderes públicos, além de ter grande penetração nos diversos grupos sociais. Complementam as ações municipais no ordenamento urbano, e representam também uma parte do chamado discurso oficial, os códigos de posturas produzidos no período.

Para fechar a série documental do presente trabalho, conjuntos de fotografias do acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto serão também trabalhados. Não objetivamos um debate específico entorno das problemáticas inerentes ao trabalho com material iconográfico nos estudos em História Urbana, porém são fundamentais suas realizações, ainda limitadas aos profissionais historiadores.¹³ Percebe-se que a inserção de fotografias nos estudos realizados por arquitetos e urbanistas, ainda é, em sua grande maioria trabalhada exclusivamente com uma conotação ilustrativa.

Em relação à discussão desenvolvida por Ana Maria Andrade Mauad de Souza Andrade, a fotografia surge como uma mensagem em processo no tempo e, nesse caso a autora trabalha com o argumento elaborado por Le Goff sobre Documento / Monumento. Andrade propõe, uma vez que *é indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e princi-*

palmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido, Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época (ANDRADE, 1997: 315), a compreensão da fotografia tanto como imagem/documento como imagem/monumento. Para autora, no primeiro caso a imagem fotográfica surge como índice de uma determinada época, sendo capaz de revelar elementos da vida material, detalhes de arquitetura, elementos de infra-estrutura urbana, obras públicas, entre outros, mas nesse caso, se a leitura da imagem não mais está limitada à uma ilustração, porém ainda fica restrita a uma "avaliação iconográfica da foto". Por outro lado, quando a fotografia, na sua mensagem, extrapola a comunicação pura destes elementos materiais da vida, e oferece a possibilidade de revelar o que sociedades passadas pretenderam tornar perene das suas próprias características para o futuro, ela se estabelece como imagem/monumento. Nesse caso, para a autora ela é uma mensagem, e como tal, "direciona a análise para o estudo das linguagens, no contexto de uma abordagem semiótica" (ANDRADE, op. cit.: 316).

Para o estudo em andamento sobre a cidade de Ribeirão Preto, as fontes fotográficas serão trabalhadas, mais próxima à relação imagem/documento proposta por Andrade, através daquela avaliação iconográfica da fotografia, até pois, o objeto do trabalho não é a produção de imagens fotográficas na cidade, mas a própria cidade. Do ponto de vista metodológico, as fotografias, que formam um conjunto de 110 imagens, serão trabalhadas em conjunto com as outras fontes, sendo necessário o recurso à intertextualidade, de modo a efetivar uma diálogo e uma interação entre documentos de naturezas distintas. É nessa interação entre os documentos que as problemáticas levantadas sobre a cidade de Ribeirão Preto, entre os fins do século XIX e início do século XX, estão sendo reveladas e analisadas. Uma interação, porém, que não determina os problemas, mas é o caminho para a compreensão de uma realidade urbana ávida pelo progresso.

Cumprindo com a intenção, ciente das lacunas que surgirão — sejam elas lacunas documentais ou de própria interpretação e

escrita— de ser uma outra contribuição aos estudos urbanos, através do objeto cidade de Ribeirão Preto, que até o momento constituiu-se objeto de vários saberes, como já mencionados, trabalhados por pesquisadores provenientes de disciplinas como a Economia, Arquitetura e Urbanismo, História Social e História da Arte e as suas respectivas pesquisas elaboradas, o presente trabalho efetiva-se também como contribuição àquela "interiorização dos estudos urbanos" para a compreensão verdadeira de um Brasil que não é só Urbano — e todas as implicações que essa dimensão pode oferecer como "porta de entrada" aos estudos— em cidades capitais de Estados.

Bibliografia

- A.M.M. de S. "História, iconografia e memória". In: Os desafios Contemporâneos da História Oral. SIMSON, O. R. de M. (org). Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- ___ "Sob o Signo da Imagem: A Produção da fotografia e o controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX". Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- BORGES, M. E. "A pintura na "Capital do Café": sua história e evolução no período da Primeira República". Dissertação de Mestrado. São Paulo, Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Fundação Escola de Sociologia e Política, 1983.
- ___ "Arte Tumular: A produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República". Tese de Doutorado em Artes Plásticas. Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, 1991.
- BREFE, A. C. F. "A Cidade Inventada: A Paulicéia Construída nos Relatos Memorialistas (1871-1920)". Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1993.
- BRESCIANI, M. S. M. "As sete portas da cidade". in Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991.
- ___ "Imagens de São Paulo: Estética e Cidadania". In Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo.
- ___ "Cidade e História". in: Cidade: história e desafios. Lúcia Lippi Oliveira (ORG). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- FERREIRA, A. C.; DE LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (orgs) São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHALHOUB, S. "Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial". São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE DECCA, E. "O estatuto da História". in Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991.

ESSUS, A. M. M. de S. A. "O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da Belle Époque". In: Imagens Urbanas - os diversos olhares na formação do imaginário urbano. org: Célia Ferraz e Sandra J. Pesavento. Porto Alegre: EdUFRS, 1997.

FARIA, K. C. M. "A Cidade e a Máquina: a inserção da cidade de Ribeirão Preto na Malha Ferroviária Paulista. Relatório de Qualificação ao Programa de Mestrado em Engenharia Urbana apresentado ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos, 2000.

FELDMAN, S. "Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil". In VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 1999.

FERNANDES, A.; GOMES, M. A. de F. "A Pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões". In Cidade e Urbanismo: História, teorias e práticas. PADILHA, N. (org). Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

GUINZBURG, C. "Provas e Possibilidades à margem de "Il ritorno de Martin Guerre" de Natalie Zemon Davis". A Micro-História e outros ensaios. (trad.) SP, Difel/Bertrand, 1989.

LE GOFF, J. "Documentos / Monumentos. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda- Imprensa Nacional, 1985.

LEPETIT, B. "Por uma nova história urbana". SALGUEIRO, H. A. (org). São Paulo: EDUSP, 2001.

LIMA, S. F. de. "São Paulo na virada do século: as imagens da razão urbana - a cidade nos álbuns fotográficos de 1887 a 1919". Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 1995.

LIMA, S. F. de; CATVALHO, V. C. "Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1950". Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997.

PECHMAN, R. M. "Cidades estritamente vigiadas: O detetive e o urbanista". Campinas: Tese de Doutorado em História, IFCH/Unicamp, 1999.

___ "O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana". In Cidade e Urbanismo:

História, teorias e práticas. PADILHA, N. (org). Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

REIS FILHO, N. G. "Sobre a história da urbanização - história urbana". in Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991.

SANTOS, M. Entrevista ao Caderno Le Monde Diplomatique: "Um outro mundo urbano é possível". Organização Instituto Polis, 2001.

TUON, Lliamar Izilda. "O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto (1880 - 1920)". Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp-Franca, 1997.

TOPALOV, C. "Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?". in Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991.

VALADÃO, V. "Memória Arquitetônica em Ribeirão Preto: Planejamento Urbano e política de preservação". Franca, Dissertação de Mestrado em História, FHDSS/UNESP, 1997.

ZAMBONE, E. "Processo de Formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto. 91874 "a 1900) uma contribuição ao estudo de estrutura agrária". São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP, 1978.

Notas

¹ Maria Stella Bresciani aponta seu interesse de estudo para o momento em que se cidade se problematiza como "questão urbana". São interfaces dessa questão os problemas da sujeira, da peste (o cólera), da pobreza entre outros. "As sete portas da cidade", in: revista Espaço & Debates, ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991, pp. 10.

² JÚNIOR, Martinho Prado. Município de S. Simão e Ribeirão Preto. in Jornal A Província de São Paulo, São Paulo, 18 de outubro de 1877.; BARRETO, Luiz Pereira. A Terra Roxa. In Jornal A província de São Paulo. São Paulo, de 2 de dezembro a 10 de dezembro de 1876.

³ "O lugar onde o historiador resume a trama é sempre conceitual. Numa determinada trama se constrói o conceito de cidade" (DE DECCA, op. cit.: 8); "Na narrativa histórica, trabalha-se com conceitos que nos permitem tecer uma rede de significações com os fragmentos de que dispomos" (FERNANDES & GOMES, op. cit.: 24).

⁴ Edgard de Decca estabelece como única garantia para o trabalho Historiográfico, o acontecido. Para o autor a garantia do acontecido só pode ser

verificada através dos vestígios que tal acontecido pode ter deixado. Aponta também para a possibilidade de existirem tantas tramas quantas forem possíveis de inventá-las. "O Estatuto da História". In: Revista Espaço & Debates, ano XI, nº 34, São Paulo, 1991, pp. 7-8.

⁵ Os trabalhos analisados foram apresentados no I Seminário de História Urbana realizado em Salvador no ano de 1990 e, no IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, também realizado em Salvador no ano de 1991.

⁶ As abordagens dos trabalhos são: "Modernização Urbana", "Modernização Urbana e Habitação", "Pensamento Urbanístico", "Territórios e mercados de trabalho". (FERNADES & GOMES, 1998)

⁷ Adotando como pressuposto o elaborado por de Decca (1998: 8) sobre a história ser ou não uma ciência: "Se você pensar que as ciências lógicas-dedutivas são aquelas que enunciam leis, então, segundo essa definição, podemos dizer que a história não é uma ciência. É um conhecimento." (DE DECCA, *ibidem*), o mesmo poderemos dizer sobre a prática arquitetônica e urbanística, ou seja, não tem um caráter científico.

⁸ Em recente artigo, Maria Stella Bresciani problematiza outra questão inerente ao pensamento de Nestor Goulart Reis, sobre a condição de "ilhas" dos estudos urbanos pelas divergências e diferenças das disciplinas. Contudo não entendemos também divergências e diferenças enquanto "algo desconcertante e indesejável" (BRESCIANI, 2002:17), como apontou Stella Bresciani sobre a concepção de Nestor Goulart (GOULART, 1991:15) que "as áreas profissionais parecem ilhas", e que "a nossa história urbana não é a mesma de outros profissionais".

⁹ De acordo com Pechman, "a historiografia com vocação para a história urbana não consegue estabelecer uma especificidade a partir da cidade como objeto de análise. Transitando entre uma história econômica (a cidade como lugar da acumulação), uma história política (a cidade como base do novo pacto social) e uma história social (o papel da cidade na constituição da sociabilidade burguesa), a história furtou-se a enfrentar a cidade como temática com questões próprias. - "Até o final dos anos de 1960, na França, por exemplo, a cidade não constitui verdadeiramente um objeto de pesquisa histórica. Ainda é apenas um cenário cômodo, um palco em que passa a história econômica, social ou política das sociedades que nela habitam, como se indiferentes a seus espaços"(LEPETIT, *op.cit.*:39) - Mais próximo disso esteve o urbanismo que, ao legitimar-se como ciência da cidade, procurou dar a ela estatuto científico próprio. Vem então do urbanismo e não

da história a tentativa de enquadramento da cidade na perspectiva de uma reflexão sistematizada. Mais do que isso, é pelo urbanismo que a cidade se inscreve na história" (PECHMAN, 1998, p.31).

¹⁰ No Brasil os estudos interdisciplinares podem ser verificados, por exemplo no Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR-UFRJ) e no Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (CIEC-IFCH/Unicamp)

¹¹ TUON, 1997.

¹² PINTO, 2000.; e PIRES, J. M. "Um estudo de história econômica regional sob a ótica das finanças públicas". Relatório Final. São Paulo, 1994

¹³ Duas referências autorais fundamentais nas problemáticas relativas ao trabalho com fotografia são, Ana Maria Maud de Souza Andrade e Solange Ferraz de Lima. ANDRADE, A. M.M. de S. "História, iconografia e memória". In: Os desafios Contemporâneos da História Oral. SIMSON, O. R. de M. (org). Campinas, CMU/Unicamp, 1997.; ANDRADE, A. M.M. de S. "Sob o Signo da Imagem: A Produção da fotografia e o controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX". Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.; LIMA, S. F. de. "São Paulo na virada do século: as imagens da razão urbana - a cidade nos álbuns fotográficos de 1887 a 1919". São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP, 1995.; LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. "Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica de consumo / Álbuns de São Paulo (1887 - 1954)". Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.